

## **Celso Amorim defende acordo ortográfico**

### **Português**

Enviado por: [\\_ailton@seed.pr.gov.br](mailto:_ailton@seed.pr.gov.br)

Postado em: 05/11/2007

Lisboa, 02 Nov (Lusa) - O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, se recusou nesta sexta-feira a adiantar uma data para a entrada em vigor do acordo ortográfico da língua portuguesa, mas salientou a importância desse entendimento. Saiba mais.

Lisboa, 02 Nov (Lusa) - O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, se recusou nesta sexta-feira a adiantar uma data para a entrada em vigor do acordo ortográfico da língua portuguesa, mas salientou a importância desse entendimento. "Isso [data para entrada em vigor] só com bolinha de cristal, que eu não tenho", afirmou Celso Amorim à Agência Lusa, ao final de uma audiência com o primeiro-ministro português, José Sócrates. O chanceler brasileiro frisou que não abordou este tema com Sócrates, mas apenas com o ministro português das Relações Exteriores, Luís Amado, e no Conselho de Ministros da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). "Todos reconhecemos que é importante ter o acordo ortográfico, até para fortalecimento da língua", afirmou Celso Amorim. "Para que possamos todos trabalhar em conjunto, o acordo é fundamental. Como podemos trabalhar se um diz actual e o outro, atual?", exemplificou. Por outro lado, o ministro admitiu que é necessária "compreensão" pela demora de alguns países em adotar o acordo. Em princípio, a ortografia comum da língua portuguesa já poderia entrar em vigor, porque três dos oito países lusófonos - Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe - já ratificaram o acordo e também o protocolo modificativo ao acordo. O protocolo modificativo - aprovado em 2004, em São Tomé e Príncipe, durante a cúpula dos chefes de Estado e de governo da CPLP - permite que o acordo vigore com a ratificação de apenas três países da CPLP, sem a necessidade de aguardar que todos os outros membros da organização adotem o mesmo procedimento. Recentemente, Portugal propôs um prazo de dez anos para colocar o acordo em vigor. Segundo especialistas, as modificações propostas no acordo devem alterar 1,6% do vocabulário de Portugal. No Brasil, a mudança será menor, já que apenas 0,45% das palavras terão a escrita alterada. Fonte: UOL- Universo Online.